



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO JUDICIÁRIO

Datas de realização dos atos da categoria: 24 de julho, 14 de agosto, 11 de setembro, 09 de outubro, 13 de novembro e 04 de dezembro.

- Acompanhamento da tramitação da PEC 187 (eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais);
- Alteração do Regimento Interno do TJCE para incluir o direito de manifestação do representante da ACM no Conselho da Magistratura, no Órgão Especial e no Pleno do TJ sempre que em questões administrativas estejam envolvidos interesses da classe;
- Discussão sobre a infraestrutura física e de pessoal do Poder Judiciário do Estado;
- Segurança institucional dos magistrados e dos fóruns da Capital e do interior do Estado – evitar transtornos ocorrentes nas unidades judiciárias, tais como invasões, furtos de objetos e produtos de crime e ameaças aos magistrados, servidores e operadores do Direito de um modo geral;
- Movimentação na carreira da magistratura (promoções e remoções) – as comarcas com maior movimentação processual em decorrência de maior população e demanda devem ter prioridade;
- Redistribuição de servidores – relocação de servidores tanto do 1º quanto do 2º grau de acordo com a demanda que cada unidade venha recebendo, mediante prévio levantamento, que deverá ser realizado antes da nomeação dos aprovados no último concurso público;
- Acúmulo de função: acúmulo de trabalho e atividades, riscos causados pelo estresse com a demanda e os deslocamentos que já ensejaram diversos acidentes;
- Regulamentação dos plantões judiciais;
- Constituição pelo TJCE do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito de sua atuação, em consonância com o que determina a Resolução nº 194 do CNJ.